Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Belém Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.)
Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2025
e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Belém Transmissora de Energia S.A.
(Anteriormente denominada Equatorial
Transmissora 7 SPE S.A.)

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Belém Transmissora de Energia S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.) ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, 7º, Ed. Manchete,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Belém Transmissora de Energia S.A.
(Anteriormente denominada Equatorial
Transmissora 7 SPE S.A.)

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2024, às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de seis meses findo naquela mesma data, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de junho de 2024 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 14 de agosto de 2024 e 28 de março de 2025, respectivamente, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Cáren Henriete Macohin
Assinado por: Caren Henriete Macohin:01454117966
CPF: 01454117966
Papel: Partner
Data/Hora da Assinatura: 12 de agosto de 2025 | 20:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
910EEF671FE0435...

Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 1

Balanço Patrimonial Passivo 2

Demonstração do Resultado 3

Demonstração do Resultado Abrangente 4

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 6

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024 7

Demonstração de Valor Adicionado 8

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	1.408.711	1.432.949
1.01	Ativo Circulante	232.802	293.357
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.948	37.466
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.245	99.281
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.245	99.281
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	23.245	99.281
1.01.03	Contas a Receber	19.504	20.106
1.01.03.01	Clientes	17.831	18.019
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.673	2.087
1.01.03.02.01	Serviços pedidos	1.089	1.347
1.01.03.02.06	Outras contas a receber	584	740
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.759	8.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.759	8.761
1.01.06.01.01	Imposto e Contribuições a Recuperar	5.565	1.745
1.01.06.01.02	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	7.194	7.016
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	138.346	127.743
1.01.08.03	Outros	138.346	127.743
1.01.08.03.01	Ativos de contrato	133.656	127.740
1.01.08.03.02	Adiantamentos a fornecedores	4.690	3
1.02	Ativo Não Circulante	1.175.909	1.139.592
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.175.397	1.139.069
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.175.397	1.139.069
1.02.01.10.05	Impostos e Contribuições a Recuperar	0	7
1.02.01.10.06	Impostos e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	10	10
1.02.01.10.07	Ativos de contrato	1.175.374	1.139.052
1.02.01.10.09	Outros créditos a receber	13	0
1.02.04	Intangível	512	523

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	1.408.711	1.432.949
2.01	Passivo Circulante	52.556	50.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	130	161
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	130	161
2.01.01.02.01	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	130	161
2.01.02	Fornecedores	11.387	4.143
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.949	12.288
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.949	12.288
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a Recolher	1.235	1.533
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	6.714	5.468
2.01.03.01.04	PIS e COFINS diferidos	0	5.287
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	27.321	25.842
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.225	20.664
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.225	20.664
2.01.04.02	Debêntures	7.096	5.178
2.01.05	Outras Obrigações	5.769	8.256
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	87	0
2.01.05.02	Outros	5.682	8.256
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	1.454
2.01.05.02.06	Encargos setoriais	1.869	1.634
2.01.05.02.10	Outras contas a pagar	3.813	5.168
2.02	Passivo Não Circulante	742.716	723.405
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	392.388	399.375
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	220.948	229.761
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	220.948	229.761
2.02.01.02	Debêntures	171.440	169.614
2.02.02	Outras Obrigações	121.561	112.150
2.02.02.02	Outros	121.561	112.150
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	476	258
2.02.02.02.07	PIS e COFINS diferidos	121.085	111.892
2.02.03	Tributos Diferidos	228.767	211.880
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	228.767	211.880
2.03	Patrimônio Líquido	613.439	658.854
2.03.01	Capital Social Realizado	146.857	146.857
2.03.04	Reservas de Lucros	408.450	511.997
2.03.04.01	Reserva Legal	28.185	28.185
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	212.574	316.121
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	49.018	49.018
2.03.04.10	Reserva para investimento e expansão	118.673	118.673
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.132	0

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.987	99.042	35.894	73.352
3.01.01	Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas	9.394	12.259	-5.889	2.318
3.01.02	Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida	39.593	86.783	41.783	71.034
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.113	-8.434	175	-2.312
3.03	Resultado Bruto	41.874	90.608	36.069	71.040
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-893	-1.256	309	-612
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-938	-1.300	-621	-920
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	45	44	930	308
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	40.981	89.352	36.378	70.428
3.06	Resultado Financeiro	-4.803	-11.826	-6.185	-15.346
3.06.01	Receitas Financeiras	4.240	8.551	1.843	3.523
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.043	-20.377	-8.028	-18.869
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.178	77.526	30.193	55.082
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.289	-19.394	-7.219	-10.902
3.08.01	Corrente	-724	-2.507	-981	-2.210
3.08.02	Diferido	-9.565	-16.887	-6.238	-8.692
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	25.889	58.132	22.974	44.180
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	25.889	58.132	22.974	44.180
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,1763	0,3958	0,1564	0,3008
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,1763	0,3958	0,1564	0,3008

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	25.889	58.132	22.974	44.180
4.03	Resultado Abrangente do Período	25.889	58.132	22.974	44.180

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	32.207	37.229
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-17.893	-12.221
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	58.132	44.180
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato	-97.311	-82.810
6.01.01.05	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	20.067	17.798
6.01.01.06	Amortização do ativo intangível	11	12
6.01.01.09	Rendimentos de Aplicação Financeira	-8.957	-3.686
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.887	8.692
6.01.01.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.507	2.210
6.01.01.12	PIS e COFINS diferidos	3.906	4.909
6.01.01.13	Receita de operação e manutenção	-13.135	-3.526
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	67.783	63.981
6.01.02.03	Imposto e Contribuições a Recuperar	-178	-7
6.01.02.04	Imposto e Contribuições sobre o Lucro a Recuperar	-3.813	226
6.01.02.08	Outros Créditos a Receber	401	469
6.01.02.10	Fornecedores	7.244	-4.196
6.01.02.11	Impostos a Recolher	-298	782
6.01.02.12	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	514	-16
6.01.02.13	Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-31	-54
6.01.02.16	Encargos setoriais	235	266
6.01.02.18	Contas a Receber	68.396	66.495
6.01.02.20	Adiantamento a fornecedores	-4.687	16
6.01.03	Outros	-17.683	-14.531
6.01.03.01	Outras Contas a Pagar	-1.050	37
6.01.03.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.775	-2.194
6.01.03.05	Juros Pagos	-14.858	-12.374
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	84.993	7.230
6.02.02	Aplicações financeiras	84.993	7.230
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-115.718	-9.163
6.03.04	Dividendos pagos	-105.001	0
6.03.05	Amortização de principal de debêntures	0	-857
6.03.06	Amortização de empréstimos e financiamentos	-10.717	-8.306
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.482	35.296
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.466	201
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.948	35.497

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	146.857	0	511.997	0	0	658.854
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	146.857	0	511.997	0	0	658.854
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-103.547	0	0	-103.547
5.04.06	Dividendos	0	0	-103.547	0	0	-103.547
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	58.132	0	58.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	58.132	0	58.132
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	408.450	58.132	0	613.439

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	146.857	0	342.801	0	0	489.658
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	146.857	0	342.801	0	0	489.658
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.180	0	44.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.180	0	44.180
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	146.857	0	342.801	44.180	0	533.838

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	109.571	86.336
7.01.02	Outras Receitas	109.571	86.336
7.01.02.05	Receita de remuneração de ativo de contrato	97.312	82.810
7.01.02.06	Receita de operação e manutenção	7.152	3.526
7.01.02.07	Receita de construção	5.107	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.184	-1.293
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.184	-1.293
7.03	Valor Adicionado Bruto	100.387	85.043
7.04	Retenções	-12	-12
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-12
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.375	85.031
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.969	3.693
7.06.02	Receitas Financeiras	8.969	3.693
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	109.344	88.724
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	109.344	88.724
7.08.01	Pessoal	528	1.500
7.08.01.01	Remuneração Direta	269	1.429
7.08.01.02	Benefícios	138	47
7.08.01.03	F.G.T.S.	121	24
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	30.322	24.148
7.08.02.01	Federais	30.322	24.148
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.362	18.896
7.08.03.01	Juros	19.964	17.798
7.08.03.02	Aluguéis	0	28
7.08.03.03	Outras	398	1.070
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	58.132	44.180
7.08.04.02	Dividendos	0	15.531
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	58.132	28.649

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Belém Transmissora Energia S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025
(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

INFORMAÇÕES GERAIS

1 Contexto operacional

A Belém Transmissora de Energia S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.) ("Companhia"), é uma sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 17 de novembro de 2016, e controlada pela Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB") e controlada indireta da Verene Energia S.A., baseadas no Brasil e que têm como controlador final a Caisse de dépôt et placement du Québec ("CDPQ"), com sede no Canadá. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, consistente na:

(a) Linha de Transmissão Vila do Conde - Marituba C1, em 500(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 56(*) km, com origem na Subestação Vila do Conde e término na Subestação Marituba;
(b) Linha de Transmissão Marituba - Castanhal C1, em 500(*) kV, circuito simples, primeiro circuito, com extensão aproximada de 68(*) km, com origem na Subestação Marituba e término na Subestação Castanhal; e
(c) Subestação Marituba, em 500/230-13,8(*) kV (3+1R) x 300 MVA, e em 230/69-13,8(*) kV (2x200 MVA); com equipamentos de compensação reativa e respectivas conexões.

Em 05 de dezembro de 2024, através de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), houve alteração da razão social da Companhia, a qual passou a se chamar Belém Transmissora de Energia S.A. (anteriormente denominada Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.).

A Companhia tem prazo de duração equivalente ao prazo do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

As informações básicas relacionadas ao Contrato de Concessão são como segue:

Número	Anos	Prazo	RAP 24/25	Índice de Correção
20/2017	30	09/02/2047	R$130.073	IPCA

A Receita Anual Permitida ("RAP") garante que a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA").

Em 23 de janeiro de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024, sob o Contrato de Concessão n° 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, com entrada em operação até 24 meses a contar da publicação da referida resolução, e estabeleceu o valor da correspondente parcela da RAP no total de R$ 5.471. O valor relacionado à implantação desses reforços está registrado como receita de construção, com o respectivo custo de construção reconhecido conforme incorrido, de acordo com o CPC 47 – Receita

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

de Contrato com Cliente.

1.1 Alteração do controle societário – compra e venda de ações

Em 08 de julho de 2024, foi celebrado o *Share Purchase Agreement and Other Covenants* (Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças) entre Equatorial Transmissão S.A. ("Equatorial Transmissão"), subsidiária integral da Equatorial S.A., e única acionista da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A. ("Equatorial SPE 7"), na qualidade de vendedora, e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A. ("IEB"), na qualidade de compradora, com a interveniência e anuência da Equatorial SPE 7 e do "Caisse de Dépôt et Placement du Québec" ("CDPQ"), estabelecendo, dentre outras matérias, os termos e condições da venda da totalidade das ações de emissão da Equatorial SPE 7.

Em 05 de dezembro de 2024, a Equatorial Transmissão S.A. e a IEB efetivaram o fechamento da operação, resultando na aquisição, pela IEB, de 100% do capital social votante da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.

1.2 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº020/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 09 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.960/2021, tendo sua renovação sido requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas conforme o CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e a IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® Accounting Standards)), assim como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes, próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2025.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis intermediárias estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo da concessão - Ativo de contrato: mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

de concessão. O ativo de contrato se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato é registrado em contrapartida a receita de construção, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

O saldo do ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado a taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato é usualmente estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o poder concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos revisados.

São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas quanto à determinação da parcela mensal da RAP e parcela variável que deve remunerar a infraestrutura.

b) Receita de construção: durante a fase de construção dos ativos, a concessionária reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Caso a concessionária realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou de melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração a receber é alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados. A determinação desses valores justos é baseada no julgamento e nas premissas da Administração.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra, apurado por meio de documentação comprobatória do serviço prestado pelos fornecedores, em comparação com os custos de construção e instalação orçados.

c) Contrato de concessão: a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, os pronunciamentos técnicos CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance, com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelos investimentos não amortizados, considerando-se as taxas de depreciação e amortização da ANEEL, estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

d) Provisão para riscos: As provisões para riscos são registradas com base na avaliação de risco efetuada pela Administração da Companhia de acordo com os relatórios preparados por seus consultores

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

jurídicos. Essa avaliação de risco é feita com base em informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras. Periodicamente, a Companhia revisita sua avaliação em decorrência do andamento dos processos e obtenção de novas informações.

2.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicáveis à essas demonstrações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis anuais da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

3 ADOÇÃO ÀS NORMAS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

a) Novas normas, alterações e interpretações vigentes no período corrente:

A Administração da Companhia avaliou os impactos das seguintes revisões de normas e entende que sua adoção não provocou um impacto relevante e/ou não são aplicáveis para suas demonstrações contábeis intermediárias.

Norma	Alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223 / OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02 / IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025

b) Novas normas ainda não vigentes e/ou adotadas:

Na data de autorização destas demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes e/ou aplicáveis.

Norma	Alteração	Vigência
CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 (R1) / IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma	01/01/2026

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

	para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	
Pronunciamento Técnico CBPS n° 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acima e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros e risco regulatório.

(a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo da concessão (ativo de contrato) e o contas a receber de concessionárias e permissionárias, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas ou agentes que utilizam a infraestrutura do Sistema Interligado de Nacional ("SIN"), cuja concessão da Companhia faz parte, por meio da tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST"). Essa tarifa advém do rateio entre os usuários do SIN de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou aos vários agentes de geração, distribuição e consumidores livres a obrigação do pagamento mensal da RAP que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo, apresentando baixo risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo do contas a receber de concessionárias e permissionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda de Crédito Esperada - PCE, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que existe uma robusta estrutura de garantias gerenciada pelo ONS para cobrir as obrigações dos agentes.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo suas projeções monitoradas continuamente, a fim de garantir e assegurar os limites e indicadores previstos nas cláusulas dos contratos de empréstimos e a liquidez suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações de baixo risco, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para se adequar ao planejamento financeiro da Companhia.

(c) Risco de taxa de juros e inflação

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui instrumentos financeiros expostos ao risco da taxa de juros e inflação.

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários II e III, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Impacto no resultado

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	62.158	71.420	73.735	76.050	69.104	66.789
Impacto no resultado			**9.262**	**2.315**	**4.631**	**(2.315)**	**(4.631)**
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures							
	IPCA	419.709	441.114	446.465	451.817	435.763	430.412
Total de passivos financeiros		419.709	441.114	446.465	451.817	435.763	430.412
Impacto no resultado	IPCA			5.351	10.703	(5.351)	(10.703)
Efeito líquido no resultado				**7.667**	**15.333**	**(7.667)**	**(15.333)**
Referência para ativos e passivos financeiros		**Taxa projetada**		**+25%**	**+50%**	**-25%**	**-50%**
CDI (% 12 meses)		14,90%		18,63%	22,35%	11,18%	7,45%
IPCA (%12 meses)		5,10%		6,38%	7,65%	3,83%	2,55%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 30 de junho de 2025.

(d) Risco Regulatório

A extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos órgãos Ministério de Minas e Energia ("MME"), Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e Ministério do Meio Ambiente impõe uma série de normas e obrigações que as concessionárias devem respeitar na exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica. O descumprimento destas obrigações impõe penalidades às concessionárias e em casos extremos a perda da concessão.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros são compostos como segue:

	Nível	Categoria dos instrumentos financeiros	30/06/2025 Contábil	30/06/2025 Mercado	31/12/2024 Contábil	31/12/2024 Mercado
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa		Custo amortizado	35	35	31	31
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos de investimento)	2	Valor justo por meio do resultado	38.913	38.913	37.435	37.435
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	23.245	23.245	99.281	99.281
Contas a receber de concessionárias		Custo amortizado	17.831	17.831	18.019	18.019

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Total		**80.024**	**80.024**	**154.766**	**154.766**
Passivos a custo amortizado:					
Fornecedores	Custo amortizado	11.387	11.387	4.143	4.143
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	241.173	245.033	250.425	252.451
Debêntures	Custo amortizado	178.536	179.357	174.792	158.203
Total		**431.096**	**435.777**	**429.360**	**414.797**

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	35	31
Certificados de Depósito Bancário – CDB (i)	38.913	37.435
Total	**38.948**	**37.466**

(i) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e a aplicações em fundos de CDBs em instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R3).

A carteira de CDBs da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2025 equivale 100% a.a. do CDI (103% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2025	31/12/2024
Investimento		
Fundo de Investimento		
Cotas de fundos de investimento (a)	2.163	81.263
Recursos Vinculados (b)	21.082	18.018
Total	**23.245**	**99.281**

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha, cujos ativos dos fundos possuem vencimentos superiores a três meses e/ou são mantidos com a finalidade de investimentos como a construção de projetos de infraestrutura para prestação de serviços da concessão. São compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos exclusivos, são investimentos em cotas (FIC), administrados pela instituição financeira, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos, tampouco participação relevante (limite máximo de 10% do Patrimônio Líquido) conforme CPC 36 (R3) / IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas.

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

(b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos público.

A carteira de Fundos da Companhia é remunerada pela variação de cotas de fundos de investimento que possui, substancialmente, Letras Financeiras de longo prazo que são remuneradas pela SELIC, consequentemente próximo a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no período findo em 30 de junho de 2025 equivale a 100% do CDI (103,10% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

8 PARTES RELACIONADAS

O saldo de partes relacionadas em 30 de junho de 2025 é de R$ 87 (em 31 de dezembro de 2024 não possuía saldo devido à troca de controle acionário). O saldo em 30 de junho de 2025 é composto por R$ 82 com a Companhia SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. e R$ 5 com a Companhia Verene Energia S.A.

9 ATIVO DE CONTRATO

De acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, o direito à contraprestação pelos serviços de implementação (construção) da estrutura de transmissão já executados, mas atrelados (por força do contrato de concessão) aos serviços de operação e manutenção, e que ainda não tenham sido prestados, é reconhecido como ativo de contrato.

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura acima referidos, bem como os valores a receber decorrentes da receita de remuneração de tais ativos, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

O ativo financeiro relacionado a um contrato de concessão deve ser reconhecido quando ou à medida que há o direito incondicional de receber caixa, o que se dará se somente a passagem do tempo for exigida antes que o pagamento dessa contraprestação seja devido. Desta forma, o Ativo de Contrato passa a ser um Ativo Financeiro à medida que o serviço de operação e manutenção é prestado mensalmente.
Os ativos de contrato estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	31/12/2024	Adições	Remuneração (b)	Amortização (c)	30/06/2025
Ativos de contrato em serviço	1.265.500	8.028	94.547	(68.208)	1.299.867
Ativos de contrato em construção (a)	1.292	5.107	2.764	-	9.163
Total	**1.266.792**	**13.135**	**97.311**	**(68.208)**	**1.309.030**
Circulante	127.740				133.656
Não circulante	1.139.052				1.175.374

	31/12/2023	Adições (a)	Remuneração (b)	Amortização (c)	30/06/2024
Ativos de contrato em serviço	1.124.845	3.526	82.810	(68.512)	1.142.669

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Total	**1.124.845**	**3.526**	**82.810**	**(68.512)**	**1.142.669**
Circulante	133.813				141.686
Não circulante	991.032				1.000.983

(a) O saldo decorre da contrapartida de receita de manutenção e operação reconhecida no período;

(b) A remuneração dos ativos de contrato é feita com base na atualização do saldo remanescente dos ativos de contrato pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA); e

(c) A amortização dos ativos de contrato decorre do reconhecimento da RAP faturada mensalmente até o final da concessão do empreendimento.

10 FORNECEDORES

Os saldos de fornecedores estão constituídos, conforme a seguir demonstrado:

	30/06/2025	31/12/2024
Materiais e serviços (a)	7.060	4.132
Adiantamento CCEE (b)	4.327	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	11
Total	**11.387**	**4.143**

(a) A composição deve-se, substancialmente, a materiais, equipamentos e serviços contratados devido ao projeto de reforço em construção.
(b) Refere-se a valores antecipados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ainda não compensados nos avisos de créditos para recebimento da RAP mensal enviados à Companhia.

11 EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

Em 30 de junho de 2025, os empréstimos e debêntures têm a seguinte composição:

	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimos (11.1)	241.173	250.425
Debêntures (11.2)	178.536	174.792
Saldo final	**419.709**	**425.217**
Circulante	27.321	25.842
Não Circulante	392.388	399.375
Total	**419.709**	**425.217**

11.1 Empréstimos

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

a) Composição

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	30/06/2025 Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
FDA - Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	20.394	222.732	**243.126**
(-) Custo de captação			(169)	(1.784)	**(1.953)**
Total			**20.225**	**220.948**	**241.173**

Moeda nacional (R$)	Custo da dívida (%a.a.)	Garantia	31/12/2024 Principal e encargos		
			Circulante	Não circulante	Total
FDA - Banco do Brasil	IPCA + 1,62%	Conta Reserva + Recebíveis + Ações	20.810	231.641	**252.451**
(-) Custo de captação			(146)	(1.880)	**(2.026)**
Total			**20.664**	**229.761**	**250.425**

b) Movimentação

A movimentação dos empréstimos é conforme a seguir:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**18.296**	**230.536**	**248.832**
Encargos	8.755	-	8.755
Transferências	8.232	(8.232)	-
Amortização de principal	(8.306)	-	(8.306)
Pagamentos de juros	(8.385)	-	(8.385)
Custo de captação (a)	73	-	73
Saldos em 30 de junho de 2024	**18.665**	**222.304**	**240.969**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**20.664**	**229.761**	**250.425**
Encargos	10.241	-	10.241
Transferências	8.873	(8.872)	-
Amortização de principal	(8.909)	-	(8.909)
Pagamentos de juros	(10.658)	-	(10.658)
Custo de captação (a)	14	59	74
Saldos em 30 de junho de 2025	**20.225**	**220.948**	**241.173**

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

c) Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento dos empréstimos estão apresentados abaixo:

	30/06/2025
Circulante	20.225
2026	8.910
2027	17.819
2028	17.819
2029	17.817
2030 em diante	160.367
Subtotal	**242.957**
(-) Custo de captação (Não circulante)	(1.784)
Total de empréstimos	**241.173**

d) *Covenants* e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos contratados pela Companhia possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 28 de novembro de 2024, foi realizada a assembleia geral extraordinária de acionistas da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. (Nova Fiadora), na qual foram deliberados e aprovados, entre outros termos, a (i) assunção de todas as obrigações assumidas pelas Fiadoras Originais no âmbito da Escritura de Emissão pela Nova Fiadora; e (ii) outorga, pela Nova Fiadora, de garantia fidejussória, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão ("AGE da Nova Fiadora" e "Fiança", respectivamente)

Em 30 de junho de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

11.2 Debêntures

a) Composição

								30/06/2025		
Emissão	**Característica das debêntures**	**Garantias**	**Série**	**Valor da emissão**	**Custo Nominal**	**Data da Emissão**	**Vencimento**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Total**
2ª (a)	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	7.096	171.440	178.536
								7.096	**171.440**	**178.536**

(1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

(3) Espécie Quirografária
(4) Debêntures Incentivadas
(5) Garantia Fidejussória

(a) A totalidade dos recursos obtidos da 2ª Emissão foram aplicados no custeio das despesas relativas ao projeto de implantar e operar a concessão das Linhas de Transmissão Vila do Conde e Marituba e da Subestação Marituba.

								31/12/2024		
Emissão	**Característica das debêntures**	**Garantias**	**Série**	**Valor da emissão**	**Custo Nominal**	**Data da Emissão**	**Vencimento**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Total**
2ª (c)	(1)/(2)/(3)/(4)/(5)	Aval/Fiança	Única	130.000	IPCA + 4,85% a.a.	mai/19	abr/39	5.178	169.614	174.792
								5.178	**169.614**	**174.792**

(1) Emissão pública de debêntures simples
(2) Não conversíveis em ações
(3) Espécie Quirografária
(4) Debêntures Incentivadas
(5) Garantia Fidejussória

b) Movimentação

A movimentação das debêntures no período está a seguir demonstrada:

	Passivo circulante	**Passivo não circulante**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.232**	**164.896**	**168.128**
Encargos	4.534	4.404	8.938
Transferências	1.267	(1.267)	-
Amortizações de principal	(857)	-	(857)
Pagamentos de juros	(3.989)	-	(3.989)
Custo de captação (a)	32	-	32
Saldos em 30 de junho de 2024	**4.219**	**168.033**	**172.252**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.178**	**169.614**	**174.792**
Encargos	6.497	3.226	9.723
Transferências	1.409	(1.409)	-
Amortizações de principal	(1.808)	-	(1.808)
Pagamentos de juros	(4.200)	-	(4.200)
Custo de captação (a)	20	9	29
Saldos em 30 de junho de 2025	**7.096**	**171.440**	**178.536**

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

c) Cronograma de vencimento

Os saldos por vencimento das debêntures estão apresentados abaixo:

	30/06/2025
Circulante	7.096
2026	3.064

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

2027	6.961
2028	8.240
2029	9.370
2030 em diante	144.609
Subtotal	**179.340**
(-) Custo de captação (Não circulante)	(804)
Total de debêntures	**178.536**

d) Covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período encerrado entre 30 de junho de 2025; e

ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Infraestrutura e Energia Brasil S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as informações contábeis intermediárias relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

***Covenants* debêntures**	**2ª debêntures**
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5	3,2
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0	3,4

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

12 PIS E COFINS DIFERIDOS

A movimentação dos saldos de PIS e COFINS diferidos estão apresentados da seguinte forma:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	122.929
Movimentação:	
Receita sobre ativos financeiros	82.810

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Receita Anual Permitida – RAP	(33.267)
Receita de construção	-
Receita de Operação e Manutenção	3.526
Base para PIS e COFINS diferido	**53.069**
Alíquota	9,25%
PIS e COFINS diferidos junho 2024	**4.909**
Saldos em 30 de junho de 2024	**127.838**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	117.179
Movimentação:	
Receita sobre ativos financeiros	97.311
Receita Anual Permitida – RAP	(68.208)
Receita de construção	5.107
Receita de Operação e Manutenção	8.028
Base para PIS e COFINS diferido	**42.238**
Alíquota	9,25%
PIS e COFINS diferidos 2025	**3.906**
Saldos em 30 de junho de 2025	**121.085**

13 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos diferidos

Os valores de impostos de renda e contribuição social diferidos originam-se, basicamente, das receitas financeiras sobre o ativo contratual da Companhia, que serão realizados integralmente ao longo do contrato de concessão.

A composição dos impostos diferidos é como segue:

	30/06/2025	**31/12/2024**
Imposto de renda diferidos	178.275	163.978
Contribuição social diferidos	50.492	47.902
Subtotal	**228.767**	**211.880**
PIS diferido	21.599	20.903
COFINS diferido	99.486	96.276

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Subtotal	**121.085**	**117.179**
Saldo final	**349.852**	**329.059**

b) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A reconciliação da alíquota efetiva é como segue:

	30/06/2025		30/06/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do IR e CSLL	77.526	77.526	55.082	55.082
Alíquotas nominais vigentes	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	**19.382**	**6.977**	**13.771**	**4.957**
IRPJ subvenção governamental	(6.952)	-	(7.729)	-
Outras adições (reversões) permanentes	(13)	-	(74)	(23)
Total				
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	2.507	-	2.210
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	12.417	4.470	5.968	2.724
Total	**12.417**	**6.977**	**5.968**	**4.934**
Taxa Efetiva	16%	11%	11%	9%

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e reserva de lucros

O capital social em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R$ 146.857 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais), representado por 146.857.116 (cento e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil, cento e dezesseis) ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, todas em poder da Infraestrutura e Energia Brasil S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 197.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

A composição da reserva de lucros é como segue:

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Reserva de incentivos fiscais	a)	49.018	49.018
Reserva legal	b)	28.185	28.185
Reserva de lucros a realizar	c)	212.573	316.121
Reserva para investimento e expansão	d)	118.674	118.674
Total		**408.450**	**511.998**

a) Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 30 de junho de 2025, o saldo desta reserva é de R$ 49.018 (R$ 49.018 em 31 de dezembro de 2024).

b) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

	30/06/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício / período	58.131	170.650
(-) Reserva legal (5%)	-	(8.533)
Lucro ajustado	**58.131**	**162.117**

Como as presentes demonstrações referem-se ao período trimestral encerrado em 30 de junho de 2025, a reserva legal ainda não foi constituída, sendo o respectivo registro contábil efetuado somente em 31 de dezembro de 2025, após a apuração do lucro líquido anual.

c) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 30 de junho de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R$ 212.574 (em 31 de dezembro de 2024, R$ 316.121). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	316.121	**212.093**
Constituição	-	104.028
Realização	(103.547)	-
Saldo final	**212.574**	**316.121**

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

d) Reserva para investimento e expansão

Reserva estatuária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 30 de junho de 2025, o saldo da reserva é de R$ 118.674 (R$ 118.674 em 31 de dezembro de 2024). A eventual destinação adicional ao encerramento do exercício será deliberada em assembleia geral ordinária e registrada na data-base de 31 de dezembro de 2025, conforme o resultado apurado ao longo do ano.

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	30/06/2025	30/06/2024
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	58.132	44.180
Quantidade de ações	146.857	146.857
Lucro (prejuízo) por lote de mil ações (R$)	**0,3958**	**0,3008**

e) Dividendos

Em 28 de março de 2025, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 15.000 com base no lucro apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Posteriormente, em 12 de junho de 2025, também por deliberação em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos complementares no valor de R$ 90.000, dois quais: (i) R$ 1.454 referem-se ao dividendo mínimo obrigatório com base no lucro de 2024 e (ii) R$ 88.546 foram distribuídos com base em recursos disponíveis no saldo acumulado da reserva especial de lucros.

Assim, o montante total de dividendos reconhecido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) até 30 de junho de 2025 é de R$ 103.546, correspondente à soma dos R$ 15.000 e R$ 88.546.

15 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Remuneração de ativos de contrato (a)	50.121	97.311	48.906	82.810
Receita de operação e manutenção (b)	4.014	8.028	(5.958)	3.526
Receita de construção (c)	5.107	5.107	-	-
Deduções da receita:				
PIS/COFINS correntes e diferidos	(9.712)	(10.528)	(6.612)	(12.068)
Encargos do consumidor (d)	(543)	(876)	(442)	(916)
Receita operacional líquida	**48.987**	**99.042**	**35.894**	**73.352**

(a) Remuneração financeira proveniente da atualização dos ativos de contrato, conforme nota explicativa nº. 9 – Ativos de contrato

(b) O saldo do trimestre em 2024 ficou virado pois no período em questão houve reversões de provisões em função das notas fiscais já terem sido lançadas ou das mesmas não terem se concretizado.

(c) Em 23 de janeiro de 2024, a ANEEL autorizou a Companhia, através da resolução autorizativa nº 15.016/2024, sob o Contrato de Concessão n° 020/2017, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade, com entrada em operação até 24 meses a contar da publicação da referida resolução, e estabeleceu o valor da correspondente parcela da RAP no total de R$ 5.471. A previsão para o custo de construção é de R$ 50.000.

(d) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização e Conta de Desenvolvimento Energético.

.

16 CUSTOS OPERACIONAIS

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Pessoal	(269)	(507)	(638)	(1.081)
Material	12	-	(9)	(19)
Serviços de terceiros	(1.466)	(2.508)	898	(1.125)
Custo de construção (a)	(5.107)	(5.107)	-	-
Arrendamento e aluguéis	4	-	(23)	(28)
Outras despesas operacionais	(287)	(312)	(53)	(59)
Saldo final	**(7.113)**	**(8.434)**	**175**	**(2.312)**

a. Vide nota explicativa 15 item (c).

17 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Pessoal	-	-	(423)	(510)
Serviços de terceiros	(591)	(924)	(179)	(327)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(1)	(2)
Seguros	(328)	(347)	(26)	(47)
Depreciações e amortizações	(6)	(12)	(6)	(12)
Outras (Despesas) Receitas operacionais	(13)	(17)	14	(22)
Saldo final	**(938)**	**(1.300)**	**(621)**	**(920)**

18 RESULTADO FINANCEIRO

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/204
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	4.444	8.957	1.928	3.686
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(207)	(417)	(91)	(170)
Outras receitas financeiras	3	11	6	7
Total de receitas financeiras	**4.240**	**8.551**	1.843	3.523
Despesas financeiras				
Encargos da dívida e variação monetária (a)	(8.793)	(19.993)	(7.488)	(17.798)
Outras despesas financeiras	(250)	(384)	(540)	(1.071)
Total de despesas financeiras	**(9.043)**	**(20.377)**	**(8.028)**	**(18.869)**
Resultado financeiro	**(4.803)**	**(11.826)**	**(6.185)**	**(15.346)**

(a) O incremento nos encargos da dívida e variação monetária, deu-se em função da variação do IPCA, que acumulado até 30 de junho de 2024 estava em 2,48% e acumulado até 30 de junho de 2025, fechou em 2,99%.

19 PROVISÃO PARA RISCOS

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, classificou os processos em curso como possíveis, com valores atualizados com base em 30 de junho de 2025 conforme dados apresentados na tabela abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Cível	506	2.666
Trabalhista	268	253
Ambiental	734	-
Total	**1.508**	**2.919**

a) Cível

A Companhia figura como ré em quatro processos cíveis em 30 de junho de 2025, dos quais, três referem-se à reintegração de posse e indenizações com expectativa de perda possível, no montante total de R$ 506. Dentre os processos destaca-se como mais relevante o processo nº 0801761.60.2020.8.14. 0133.

b) Trabalhista

A Companhia figura como ré em quatro processos trabalhistas em 30 de junho de 2025, ao qual refere-se a reclamações de verbas rescisórias, no montante de R$ 268.

c) Ambiental

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

A Companhia figura como ré em um processo ambiental em 30 de junho de 2025, classificado como de perda possível, no montante de R$ 734.

20 SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro:

	Vigência	Limite Máx. Indenizável
Responsabilidade Civil	20.12.2024 a 20.12.2025	50.000
Riscos Operacionais	20.12.2024 a 20.12.2025	72.000
Directors and Officers	28.07.2024 a 28.01.2026	50.000

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para eventuais sinistros considerando a natureza de suas atividades; para cobrir danos a terceiros, incluindo seus funcionários, além de seus bens tangíveis atrelados à concessão, inclusive as linhas de transmissão do projeto.

21 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros	Outros (*)	30/06/2025
Empréstimos e financiamentos	250.425	(8.909)	(10.658)	10.315	**241.173**
Debêntures	174.792	(1.808)	(4.200)	9.752	**178.536**
Total	**425.217**	**(10.717)**	**(14.858)**	**20.067**	**419.709**

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas e dividendos a pagar ainda não pagos no fim do período.

22 EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste da Receita Anual Permitida (RAP) – Ciclo 2025/2026

Em 15 de julho de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.481/2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL homologou o reajuste da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia, referente ao ciclo tarifário 2025–2026, com vigência a partir de 1º de julho de 2025.

O reajuste aplicado, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), resultou em um acréscimo de R$ 6.920, equivalente a 5,32%, em relação à RAP do ciclo anterior (2024–2025).

Docusign Envelope ID: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0

Com isso, a RAP da Companhia para o ciclo 2025–2026 foi fixada em R$ 136.993.

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 7E7038DF-0E0B-49F8-BCF6-E784A2082EA0
Assunto: Complete com o Docusign: DF e relatório do auditor Belém 2T25.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 35
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Status: Concluído

Remetente do envelope:
Maria Moreira
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
maria.moreira@pwc.com
Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original
12 de agosto de 2025 | 14:40
Portador: Maria Moreira
maria.moreira@pwc.com
Local: DocuSign

Status: Original
12 de agosto de 2025 | 20:20
Portador: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Cáren Henriete Macohin Cargo do Signatário: Partner caren.macohin@pwc.com PwC Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor da assinatura: AC SyngularID Multipla Cargo do Signatário: Partner **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	DocuSigned by: 910EEF671FE0435... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 134.238.160.202	Enviado: 12 de agosto de 2025 | 14:43 Visualizado: 12 de agosto de 2025 | 20:19 Assinado: 12 de agosto de 2025 | 20:20

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Maria Moreira maria.moreira@pwc.com Manager PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	**Copiado**	Enviado: 12 de agosto de 2025 | 20:20 Visualizado: 12 de agosto de 2025 | 20:20 Assinado: 12 de agosto de 2025 | 20:20

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	12 de agosto de 2025 | 14:43
Entrega certificada	Segurança verificada	12 de agosto de 2025 | 20:19
Assinatura concluída	Segurança verificada	12 de agosto de 2025 | 20:20
Concluído	Segurança verificada	12 de agosto de 2025 | 20:20

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora